

A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: ESTRATÉGIA DE UM ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL.

Vânia Maria Henrique Lima¹

RESUMO

O Brasil vem passando por acentuada transição demográfica apresentando ritmo acelerado no processo de envelhecimento da sua população, quando este é comparado ao que ocorreu nas sociedades mais desenvolvidas no século passado. Em razão de vários fatores relacionados a aspectos socioeconômicos e de saúde pública, houve um aumento da expectativa de vida que vem atingindo faixas etárias cada vez mais elevadas. O presente artigo foi realizado a partir da revisão de literatura que procura trazer à tona elementos referenciais que discutem a idade adulta avançada no contexto da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que, de um lado, o sonho de viver mais representa uma inegável conquista, de outro, o expressivo crescimento da população idosa, remete à necessidade de políticas públicas especificadas, bem como de iniciativas que instrumentalizam a sociedade para, em todas as faixas etárias, mais adequadamente lidar com essa realidade. Conclui-se que a (re)formulação de políticas públicas destinadas ao idoso, trazendo junto uma atualização da legislação vigente, são urgentes e absolutamente indispensáveis. O envelhecimento demográfico impõe desafios, tornando necessária a sensibilização da sociedade e mobilização dos órgãos governamentais para promover o bem estar na terceira idade, por meio da disseminação de atividades que causem satisfação, propiciem motivação quanto a entender que o processo de aprendizagem é constante, se dá ao longo da vida e haverá de lhe conferir maior qualidade, notadamente atingindo esse segmento social que a cada ano aumenta expressivamente, assim apurando o olhar dirigido ao envelhecimento.

Palavras-chave: Envelhecimento, Educação, Aprendizagem, Saudável.

INTRODUÇÃO

Até duas, três décadas atrás, o Brasil era tido como um país de jovens, motivo pelo qual era habitual se dizer e repetir “o futuro está em suas mãos”. Na última década, entretanto, ganha maior nitidez a constituição de outra realidade demográfica, ocorrendo isso em tal proporção que inverteu o que configurava a situação anterior, enfim o país deixa de ser predominantemente de jovens.

O Brasil passa por uma profunda transformação socioeconômica. Afinal, sofre a influência de acentuada modificação em sua estrutura populacional, por conta da acelerada mudança demográfica em curso, verificada em menos de 25 anos, além do que as preocupações também emergem em face de um aspecto inquietante como ressalta Kalache ²(2015) “o Brasil envelheceu antes de enriquecer”.

¹ Mestra em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária da Universidade de Coimbra-UC. vhenriquelim2016@gmail.com

² Médico-Gerontólogo, Presidente do Centro Internacional da Longevidade, ILC-Brasil

O Brasil sofreu alterações que interferiram na realidade da população, impondo redefinições de políticas públicas em diversos segmentos como na área da saúde; da educação; do trabalho e previdência social, embora longe ainda de atender plenamente às demandas que são requeridas pela população.

ASPECTOS CULTURAIS DO ENVELHECIMENTO

As pessoas não envelhecem da mesma maneira, sendo diversos os fatores que influenciam o envelhecimento. Os valores culturais e as tradições determinam como uma sociedade encara a velhice, assim uma determinada sociedade pode muito bem adotar certos procedimentos que melhorem o serviço de saúde, em face do objetivo de prevenir certas doenças mais comuns naquela faixa etária. De todo modo, o envelhecimento ainda é visto, por muitos, como uma fase de declínio, rodeado de estereótipos e tabus.

No decorrer da história, as pessoas idosas foram vistas por diferentes ângulos. Do ponto de vista da civilização Oriental, a velhice é aceita como sendo sinônimo de sabedoria; “ser velho” significa ser respeitado, ter experiência e ser capaz de ajudar aos membros da família. Por volta de 551-479 a. C, o filósofo Confúcio, determinava que as famílias deveriam obedecer e respeitar os mais velhos.

Enquanto que na civilização Ocidental, o filósofo Sócrates (470-399 a. C) argumentava que a velhice não constituía peso aos prudentes; Platão (427-347 a. C) direcionou a velhice à paz e à libertação; por sua vez Aristóteles tinha uma ideia oposta, para este filósofo a velhice era como uma doença natural, trazendo a senilidade e a degradação do ser humano. Loureiro (2004) em seus estudos afirma:

São esses velhos esquecidos, abandonados, fragilizados pelo desamor, na perda de sua dignidade; são velhos doentes, asilados, escorraçados pela família, esquecidos pela sociedade, talvez sobrevivido apenas pela caridade alheia e vivendo de lembranças (LOUREIRO, 2004, p.35).

A velhice ainda é caracterizada por muitos como uma decadência física, como uma identidade marcada por estereótipos, formando um conjunto de imagens negativas que lhe são associadas. De modo geral, pode-se constatar que ao mesmo tempo em que as sociedades se orgulham do fato dos indivíduos terem aumentado a longevidade, ela não assegura a plena valorização dos idosos.

Na sociedade moderna, no caso específico da brasileira, as pessoas idosas tendem a ser percebidas com um *status* muito baixo, visto ser uma sociedade na qual basicamente se valoriza o jovem. “A juventude está associada à atividade, ao movimento, ao que ainda será formado, ao novo. Já a velhice está predominantemente associada ao passado, ao que

já foi realizado, e representa uma redução dessa atividade” (GOLDENBERG, 2016, p. 86).

O envelhecimento é associado à aposentadoria, à inatividade, o que a rigor é uma anacrônica discriminação que, ademais, não faz absoluto sentido, visto que existem pessoas relativamente novas aposentadas, enquanto muitos idosos continuam contribuindo, seja prolongando a vida laboral, seja disseminando sua experiência na família e sociedade, portanto com vida saudável e ativa, além de terem o direito de gozar o merecido prazer do lazer.

Na verdade, essa é uma realidade de fundo estrutural que indica uma situação de marginalidade na qual o sistema econômico lança seus membros considerados descartáveis, ou seja, não mais produtivos. Nesse estrutural ambiente sociocultural brasileiro, as classes menos favorecidas da população, não raramente, enfrentam restrições de consumo aos bens que são essenciais para garantir um padrão mínimo de qualidade de vida.

Enfrentam problemas no que tange à alimentação, moradia, saneamento, bem como carecem de serviços públicos de saúde e educação de melhor qualidade, daí originando índices elevados de falta de assistência que atingem diversos grupos populacionais, tais como: os idosos, as crianças, os negros, as mulheres, os índios e pessoas com necessidades especiais.

Embora o envelhecimento seja um processo natural e apresente transformações com o avanço da idade, é algo que se poderia assemelhar a um processo inverso, próprio do desenvolvimento e decaimento físico do organismo, visto que durante a infância e adolescência ocorre uma evolução e na fase adulta há o declínio das capacidades funcionais e das aptidões que aumentam ao envelhecer.

A saúde física, os fatores genéticos registrados ao longo dos anos podem interferir na última etapa da vida. Para Lima (2010, p. 10) “envelhecer é, portanto, um processo constante e previsível que envolve crescimento e desenvolvimento. Consequentemente não pode ser evitado”.

As condições de saúde física e mental têm grande influência sobre a forma de envelhecer. De toda forma, sucede que o envelhecimento é um processo universal pelo qual passamos, e além de ter múltiplas dimensões, o envelhecimento é um processo multidirecional, gradual e irreversível.

MITOS E ESTEREÓTIPOS EM RELAÇÃO À VELHICE

As pessoas não envelhecem a um mesmo ritmo, mas cabe a pergunta: Por que as pessoas de um modo geral têm tanto medo de envelhecer? Segundo Morillo (2017), as pessoas costumam associar a pessoa “velha” ao imaginário construído desde cedo pelos contos de fada, nos quais a “velha” é comparada a uma bruxa. Quem é a bruxa? Uma velha... queixo grande... nariz comprido...com mão de artrose. Então a figura da bruxa é a figura da velha. “A sociedade não gosta fisicamente da velhice, a velhice é mais próxima da morte.”

Muito frequentemente as imagens da velhice estão relacionadas unicamente às mudanças físicas externas, expondo o envelhecimento apenas como um período de perdas e limitações, justamente pelo fato de no envelhecimento patológico os aspectos negativos tenderem a surgir.

No entanto, existem preconceitos positivos como: “Todos os idosos são sábios e experientes”, neste caso cria-se uma falsa expectativa que pode muito bem gerar frustrações. Na realidade, em geral, a imagem do idoso nas sociedades modernas é marcada pela decadência física e a ausência de papéis.

A discriminação estereotipada, assumida em função da idade, foi originalmente definida por Butler, em 1969, como “*Ageism*” (Idadismo) com o significado de discriminação com base na idade. Esse conceito foi apresentado por Butler durante a realização da 1ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, organizada no ano de 1982, em Viena, referindo-se aos estereótipos e às atitudes negativas a respeito do envelhecimento e dos idosos.

Jacob (2007) coloca que os idosos, sujeitos à discriminação pela idade, enfrentam restrições por terem seus direitos negados, como se um grupo etário pudesse prevalecer sobre outro. Por sua vez, Lima (2010, p.25) saliente que “as atitudes negativas em relação ao envelhecimento nunca tiveram um papel tão central como na sociedade contemporânea. As pessoas idosas ocupam o estatuto socioeconômico mais baixo, o que aumenta o risco de saúde precária, incapacidade e morte”.

As atitudes em relação à velhice possuem três componentes: (i) avaliativo (que se expressa em termos de intensidade e direção; (ii) cognitivo (referente às crenças, pensamentos e estereótipos face à pessoa idosa) e (iii) comportamental (atitudes para com a pessoa idosa, ações observáveis de aproximação ou afastamento). Ao identificar os

estereótipos, entende-se que a sociedade vê a velhice como uma doença incurável, uma decadência inevitável, desse modo termina associando a velhice a doenças, havendo crenças baseadas em processos de supergeneralização e supersimplificação que conduzem a preconceitos e a estereótipos.

Contudo, a desinformação das pessoas sobre os fatos inerentes à velhice evita a mudança de atitudes, de comportamentos enaltecendo determinadas crenças que tendem a relegar a pessoa idosa à margem da sociedade. Crenças e preconceitos socialmente prejudiciais por impedirem, muitas vezes, o aproveitamento das potencialidades dos idosos, de forma a aproveitá-las para que sejam úteis ao bem comum.

Ainda é visível que na sociedade brasileira se fortalece através da mídia o culto da juventude. Com o aumento da longevidade, os indivíduos estão envelhecendo, mas ao mesmo tempo eles não querem ficar velhos, envelhecer distancia o Homem do ideal concebido.

ENVELHECIMENTO BEM SUCEDIDO

Robert Havighurst em 1961 introduziu o termo “*sucessful aging*”, no entanto somente na década de 80, o termo foi popularizado por John Rowe e Robert Kahn, o que tornou mais conhecido. O envelhecimento bem sucedido para Rowe e Kahn (1987) é “o conjunto de factores que permitem ao indivíduo continuar a funcionar eficazmente, tanto do ponto de vista físico como mental” (SIMÕES, 2006, p. 141). Assim para os autores o envelhecimento bem sucedido é quando o indivíduo envelhece como baixo risco de doenças e incapacidades e, além disso, participam das relações sociais.

A velhice bem sucedida está associada ao conjunto de categorias, no entanto Rowe e Kahn usaram uma perspectiva mais biomédica, estabelecendo dessa forma três componentes: (i) a ausência e redução de doenças, em especial as que provocam perdas de autonomia, (ii) consiste no alto nível funcional nos planos cognitivos e físicos e (iii) empenhamento ativo da ativo na vida social do idoso.

Alterações verificadas no significado do conceito de envelhecimento bem sucedido resultaram no surgimento de várias teorias. Uma das primeiras foi a de desvinculação (*disengagement theory*) de Cumming e Hery (1961), defendendo que as pessoas em idade avançada recolhiam-se por conta própria da participação ativa na sociedade, preferindo o isolamento social, ou podem envolver-se em programas com

atividades mais passivas, enquanto se preparam para a fase final da vida. Este processo de afastamento da vida laboral e social é encarado como benéfico para o idoso.

Uma segunda vertente sobre o envelhecimento bem sucedido é a teoria da atividade (*activity theory*) formulada inicialmente por Havighurst e Atcheley, no ano de 1958. Esta tinha por fundamento o entendimento de que os idosos ao se manterem ativos e integrados socialmente sentem-se satisfeitos com a vida. A argumentação considera que nas décadas de 60 e 70 houve um aumento do ativismo dos idosos, contudo essa teoria atualmente é “demasiada restritiva, dando relevo apenas a um determinado estilo de vida” (LIMA, 2004, p. 139).

Uma das teorias mais recentes é a teoria da continuidade (*continuity theory*; Atchley, 1972), apoiada na concepção de que as pessoas que envelhecem em condições de mais vigor são justamente aquelas que mantêm seus hábitos, preferências e estilos de vida da meia-idade, os incorporando como tradições e rotinas estáveis ao longo da vida. Tais hábitos têm relação com a educação e as atitudes da família e amigos de convivência que valorizavam a vida saudável e produtiva (LIMA, 2004).

Ademais, cabe reiterar que constitui diferencial importante para a qualidade de vida das pessoas idosas a manutenção de uma ativa participação social, considerando que durante essa etapa da vida as pessoas se encontram com alta probabilidade de perder parentes e amigos, de ser também mais suscetível à solidão e ao isolamento social e de ter um menor grupo social.

BENEFÍCIOS DA APRENDIZAGEM NA TERCEIRA IDADE

Sabemos que no Brasil ainda há um índice elevado de pessoas analfabetas, e que o processo para erradicar, por completo, com o analfabetismo no país ainda deverá levar algum tempo para ser implementado como prioridade nacional pelos dirigentes, conforme De Siqueira (2007, p. 216) “a baixa escolaridade limita o usufruto de bens e produtos culturais e a defesa dos próprios direitos, e constitui-se num dos principais fatores de exclusão social”, sendo importante garantir ao idoso o acesso à educação ao longo da vida, respeitando seu ritmo de aprendizagem e suas experiências ao longo dos anos vividos.

O Brasil continua sujeito a problemas relativamente à oferta de educação para pessoas idosas, afora não resolver a questão do analfabetismo que continua se manifestando como um grave problema social. A Educação de Jovens e Adultos [EJA] está voltada para aquelas pessoas com mais de 15 anos que por algum motivo não tiveram

oportunidade de estudar ou não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio na idade adequada, inclusive tendo passado por diversas tentativas de acesso à escolarização, por meio de diversos programas de alfabetização, cujo objetivo é alfabetizar e proporcionar um nível a mais de educação.

No final da década de 50 e início da década de 60, constata-se a emergência de uma nova perspectiva na educação brasileira fundamentada nas ideias e experiências desenvolvidas por Paulo Freire. Este educador idealizou e vivenciou uma pedagogia voltada para as demandas e necessidades das camadas populares, realizada com sua efetiva participação e a partir de sua história e de sua realidade. Esta perspectiva fundamenta a educação de jovens e adultos de princípios da educação popular.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, como prática social através de instituições formais ou não sempre enfrentou resistências e dificuldades, desde que os jesuítas eram responsáveis pela educação no Brasil Colônia. No final da década de 50 começa a surgir movimentos relacionados para alfabetização de adultos, nascendo uma referência na educação para Jovens e Adultos: Paulo Freire.

Com a pedagogia de Paulo Freire, surge um clima de mudança no início dos anos sessenta, a Educação Popular, que se articulava à ação política junto aos grupos populares. Em 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que deveria atingir todo o país, orientado pela proposta pedagógica de Paulo Freire, mas esta foi suprimida pelo regime militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985, sendo substituída pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização [MOBRAL], cujo propósito era apenas fazer com que os alunos pudessem aprender a ler e escrever, desprovido da preocupação com uma formação questionadora da realidade e geradora de consciência para a cidadania, conforme preconizava o método sugerido por Paulo Freire.

A Constituição Federal (1988) estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino Fundamental para todos aqueles que a ele não tiveram acesso na idade apropriada, o que não garante necessariamente a sua efetivação ao sistema educacional, em função da falta de estruturas satisfatória e de profissionais para tratar das diferentes situações e da diversificada clientela de alunos, inclusive do próprio idoso. A inclusão do idoso torna-se prática um conceito parcial na oficialidade e legalidade dos documentos sobre educação, em especial a de pessoas idosas (MEIRELES; D'ALENCAR, 2012).

É notório que, em última instância, a escola mais prioriza a perspectiva da aquisição de conhecimento para o trabalho à educação tomada como processo cognitivo para o desenvolvimento, na formação de crianças, jovens e adultos.

No Brasil, os sistemas educacionais contemplam a Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e o Ensino Superior, mas também cobre outras modalidades de ensino (profissionalizante, educação de jovens e adultos, educação indígena e educação especial), sem reservar maior importância à educação dos idosos.

Mitos são construídos no imaginário social brasileiro no que se refere à aprendizagem de pessoas idosas, como ditos populares de que “macaco velho não aprende a lição” ou “papagaio velho não aprende a falar”, reforçando a ideia de que pessoas idosas não têm capacidade para aprender mais nada na última etapa da vida.

O idoso encontra-se incluso em legislações específicas da modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CEB 11/2000, p.10), o idoso é citado, porém dentro desta modalidade.

A educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura.

É possível dizer que as necessidades básicas do ser humano permanecem as mesmas ao longo na vida, mas com o passar dos anos elas adquirem outras conotações, já que o envelhecimento é um processo diferenciado em cada indivíduo. Enfim, como dito antes, o passar dos anos traz implicações que se manifestam distintamente nas pessoas idosas, como a redução ou perda da visão, assim como o comprometimento da audição e também da mobilidade, condições estas que podem ser controladas ou minimizadas, inclusive por meio do conhecimento ao qual o idoso pode ter acesso se frequentar o ambiente escolar.

O Direito à educação, conforme está incorporado na Declaração dos Direitos Humanos, aprovada em 1948, remete para um diálogo sobre os direitos dos idosos a continuarem aprendendo, no sentido de propiciar ao ser humano, em qualquer idade e tempo, desenvolvimento pessoal e valorização social.

De modo específico, ao longo dos anos, novas práticas foram desenvolvidas quando se trata da educação destinada ao segmento de pessoas idosas, como é caso da área de Gerontologia Educacional.

A Gerontologia tem numerosos argumentos a favor da educação e da promoção da integração e da participação dos idosos na vida social. Um dos argumentos

principais é que as novas aprendizagens promovidas pela educação formal e informal são um importante recurso para manter a funcionalidade, a flexibilidade e a possibilidade de adaptação dos idosos, condições estas associadas ao conceito de velhice bem sucedida. (NERI & CACHIONE, 1999, *apud* MONTEIRO & NETO, 2008, p. 54)

Porém, existem barreiras no que tange à educação de pessoas idosas. Conforme a avaliação dos professores Meireles & D’Alencar (2012), nas escolas brasileiras os recursos didáticos para a população idosa não são, em geral, adequados e nem adaptados; perceber-se o despreparo da comunidade escolar ao tratar esses alunos.

A didática não é apta para trabalhar com idosos “que trazem especificidades e desafiam a educação a sair da falsa ideia de preparação para o trabalho e se envolver com a preparação para a vida, uma vida com o outro e em busca de plenitude” (MEIRELES; D’ALENCAR, 2012, p.31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguir chegar à terceira idade em uma sociedade como a brasileira que ainda se depara com tantas carências e percalços quanto ao desenvolvimento de políticas sociais, incluindo as que, por direito, devem ser focadas no idoso, não deixa de representar uma conquista, um relativo privilégio, visto que o percurso para alcançar essa etapa da vida, muito frequentemente, costuma ser marcado por limitações e superações.

Entretanto, a questão que se coloca nessa idade, a natural expectativa formada no país remete, obviamente, aos direitos que lhe deverão ser reservados na sociedade e à qualidade de vida que justamente aspira dispor. Na realidade, cuidar de uma população sujeita a graves desvios socioeconômicos, baixo nível educacional, além de alta prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, sem dúvida será um enorme desafio para o século XXI.

É conveniente reconhecer que o Brasil não se encontra devidamente amadurecido com relação à apropriação de práticas de políticas públicas que impliquem na projeção de um ambiente social adequado, no sentido de ser estruturado para recepcionar as diferenciadas necessidades de sociabilidade dos idosos, uma realidade que afeta principalmente aquelas pessoas da terceira idade que pertencem aos estratos sociais mais vulneráveis da sociedade.

Frente à realidade social do país, uma questão recorrente é o fato de muitos idosos terem uma aposentadoria insignificante, o que os leva a continuar trabalhando por mais

tempo como forma de complementar ou até mesmo responder pelo orçamento familiar, inclusive em situações de desemprego dos filhos, quando o sustento do grupo familiar depende do rendimento da aposentadoria dos. Em virtude do aumento que vem sendo observado na expectativa de vida e do conseqüente crescimento da população idosa, é fundamental que as pessoas melhor se preparem para a chegada da velhice.

O envelhecimento demográfico impõe desafios, tornando necessária a sensibilização da sociedade e mobilização dos órgãos governamentais para promover o bem estar na terceira idade, por meio da disseminação de atividades que causem satisfação, propiciem motivação quanto a entender que o processo de aprendizagem é constante, se dá ao longo da vida e haverá de lhe conferir maior qualidade, notadamente atingindo esse segmento social que a cada ano aumenta expressivamente, assim apurando o olhar dirigido ao envelhecimento.

Em virtude do aumento que vem sendo observado na expectativa de vida e do conseqüente crescimento da população idosa, é fundamental que as pessoas individualmente se preparem melhor para a chegada da velhice. De todo modo, o envelhecimento demográfico impõe desafios, tornando necessária a sensibilização da sociedade e mobilização dos órgãos governamentais para promover o bem estar na terceira idade, por meio da disseminação de atividades que causem satisfação e bem estar, por exemplo, propiciem motivação quanto a entender que o processo de aprendizagem é constante, se dá ao longo da vida, podendo a esta conferir maior qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE SIQUEIRA, M. E. C. Velhice e políticas públicas. In NERI, A. L. (Org.). *Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo Editora, 2007. p. 209-223.

GOLDENBER, Mirian. *Velho é Lindo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 2016.

JACOB, L. *Animação de Idosos: Atividades*. Porto: Ambar, 2007.

LIMA, Margarida Pedroso (2004). *Envelhecimento e perdas: Como posso não me perder? Psychologia*, 35, 133-135.

LIMA, Margarida Pedroso. *Envelhecimento(s) Estado da Arte*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

LOUREIRO, A. M. *Terceira Idade: Ideologia, cultura, amor e morte*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

MEIRELES, M. B.; D'ALENCAR, R. S. O idoso no programa de Educação de Jovens e Adultos: perspectivas em um Estudo de caso. In D'ALENCAR, R. S.; Andrade, C.

M.(Orgs.). *A Educação (re)visitada: A velhice na sala de aula*. Ilhéus, BA: Editus Editora, 2012. p. 21-39.

MONTEIRO, H.; NETO, F. *Universidades da Terceira Idade: Da solidão aos motivos para a sua frequência*. Legis Editora, 2008.

MORILLO, L. S. Brasil envelhece e é preciso se preparar cada vez mais cedo. *Jornal Nacional*. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/01/brasil-envelhece-e-e-preciso-se-preparar-cada-vez-mais-cedo.html>. Acesso em 02 de jan. 2017.

PARECER CNE/CEB 11/2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em: 04 abr. 2018.

SIMÕES, A. *A nova velhice: Um novo público a educar*. Ambar Editora. 2006.

•